



ACÓRDÃO Nº1210/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10530/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Departamento Municipal de Trânsito de Maués - DEMUT.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Maria Ivaneide Afonso Brandao Rossy (Ordenador de Despesa), Francisco Januário Salviano (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7268/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Departamento Municipal de Trânsito de Maués - DEMUT. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Departamento Municipal de Trânsito de Maués – DEMUT, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Francisco Januário Salviano**, período de 01/01/2016 a 30/06/2016, e da **Sra. Maria Ivaneide Afonso Brandão Rossy**, período de 01/07/2016 a 31/12/2016, nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação** ao **Sr. Francisco Januário Salviano** e a **Sra. Maria Ivaneide Afonso Brandão Rossy**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. **Determinar** à atual administração do DEMUT-Maués que adote as seguintes providências:
 - 10.3.1. Equacione as deficiências de suas atividades de controle interno aos termos dos art. 31, caput e art. 74, caput e incisos § 1º da CF/88 e art. 76, caput da Lei nº 4.320/64, utilizando-se da estrutura



ACÓRDÃO Nº1210/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

existente na Controladoria Geral do Município– CGM, em homenagem ao princípio da economicidade (Restrição 01, da Notificação Nº 01/2017-DICAMI e Restrição 02, da Notificação Nº 02/2017-DICAMI);

10.3.2. Observe com rigor as imposições do artigo 92, da Lei nº 4.320/64, quanto a nomeação de um servidor pra guarda dos bens patrimoniais da Unidade (Restrição 03 da Notificação Nº 01/2017-DICAMI);

10.3.3. Com fins de dar celeridade à análise processual, observe com rigor a Resolução nº. 05/90, art. 2º, parágrafo único, inciso VIII, quanto a imposição da instrução processual com o comprovante de publicidade dos Demonstrativos Contábeis (Restrição 04 da Notificação Nº 01/2017-DICAMI);

10.3.4. Observe com rigor a imposição do art. 38 e art. 43, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93, quando da instrução dos processos de contratos (Restrição 3, da Notificação Nº 02/2017-DICAMI);

10.3.5. Implemente medidas de controle eficaz do fornecimento de combustíveis, com vistas a atender ao interesse/finalidade públicos (Restrição 07 da Notificação Nº 02/2017-DICAMI);

10.4. Arquivar o presente processo, após o cumprimento das formalidades legais.

11- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Novembro de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral